

Um requisito legal cada vez mais **cumprido**.

Dirigir uma instalação desportiva de manutenção da condição física exige, por lei, um Diretor Técnico com título profissional (Lei n.º 39/2012). Os dados mostram um cumprimento crescente.

9.933

títulos de Diretor Técnico
emitidos pelo IPDJ entre 2012
e 2025

819

títulos emitidos em 2025 — o
valor mais alto de sempre

+91%

de crescimento nos títulos
emitidos entre 2013 e 2025

30% / 70%

a repartição **mulheres / homens**
— ainda longe da paridade

40%

das emissões concentram-se em
Lisboa e Porto

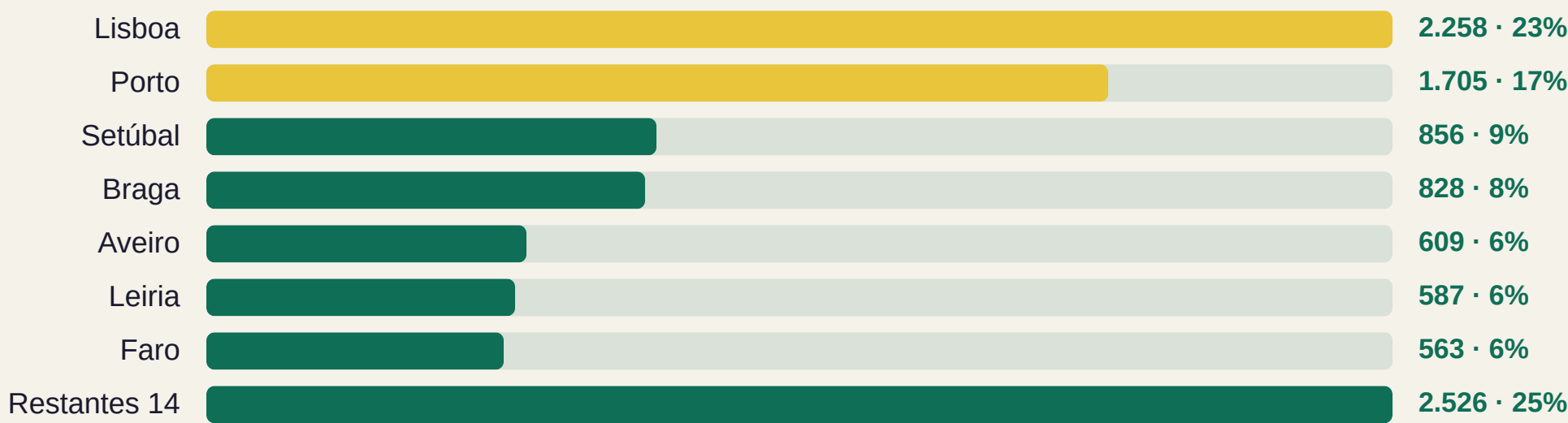
ENQUADRAMENTO LEGAL

O título profissional de **Diretor Técnico (DT)** é uma exigência prevista na **Lei n.º 39/2012** e no Regime Jurídico das Instalações Desportivas (**DL 141/2009**). A direção técnica é obrigatória nas instalações que prestam serviços de manutenção da condição física — ginásios, academias e *health clubs* — pressupondo qualificação profissional específica e habilitação emitida pelo IPDJ.

Os números que se seguem referem-se a **títulos emitidos por ano** (novas emissões e revalidações), e não ao total de titulares ativos. A leitura correta é, por isso, a do **ritmo de cumprimento** desta obrigação legal ao longo do tempo.

DISTRIBUIÇÃO POR DISTRITO (2012–2025)

A emissão de títulos é fortemente concentrada no litoral. **Lisboa e Porto** respondem, sozinhos, por cerca de **40%** de todos os títulos emitidos no período. O interior e as Regiões Autónomas mantêm expressão reduzida.



PERFIL POR ESCALÃO ETÁRIO

ESCALÃO	TOTAL	%
20–29	4.378	44%
30–39	3.897	39%
40–49	1.326	13%
50+	321	3%

20–29

O escalão dos 20–29 anos ultrapassou o dos 30–39 a partir de 2015/2016 e é hoje o mais representado — sinal de rejuvenescimento no acesso à direção técnica.

SÍNTESE ASDITED

Os dados confirmam três realidades: um **cumprimento legal crescente**, com máximos históricos recentes; uma **assimetria territorial** que deixa o interior sub-representado; e um **desequilíbrio de género** que persiste em cerca de 30% de participação feminina. A ASDITED defende a qualificação, a conformidade legal e a igualdade no exercício desta função em todo o território.